

O PLANFOR/98 no ES : Análise dos Relatórios da Supervisão aos Cursos Ministrados pelas Entidades de Formação Profissional no Programa Estadual de Qualificação PEQ/ES

Marcelo Lima¹

Pretendemos no âmbito deste artigo realizar uma síntese crítica dos relatórios produzidos pelos indivíduos que acompanharam a realização dos cursos ministrados pelas entidades contratadas pelo Programa Estadual de Qualificação do ES em convênio com Planfor do Ministério do Trabalho. Neste sentido buscamos fornecer um panorama dos cursos, as suas possíveis contribuições, suas características e suas implicações formativas e pedagógicas. Além disso tentaremos apontar possíveis imprecisões do próprio relatório e do processo de pesquisa.

Foram supervisionados 259 cursos contratados a 19 entidades que ministraram treinamentos de cargas horárias que podem oscilar, dentro da experiência do Planfor no ES, de 8 horas (Direção Preventiva/SENAT) a 200 horas (Oficina de Artesanato/Mepes). No caso particular dos cursos pesquisados pelos supervisores em 1998, as cargas horárias situaram-se entre 20 e 100 horas. São inúmeros os setores econômicos atendidos pelos cursos supervisionados, indo da Pesca à Informática, à Construção Civil, ao Turismo, à Agroindústria, ao Serviços Públicos, ao Cooperativismo, ao Comércio e à Prestação de Serviços em geral.

No Quadro 1, apresentamos uma síntese das entidades supervisionadas, os cursos que ministraram, a clientela, as entidades cadastrantes e as principais contribuições dos cursos em geral.

A diversidade de cursos parece-nos a principal qualidade do programa, já que o Espírito Santo apresenta muitas potencialidades econômicas.

Dessa forma, esses cursos vêm superar a situação vigente, na qual as principais oportunidades de formação profissional decorrentes das práticas de instituições tradicionais como ETFES, SENAI, SENAC e outras, além de progressivamente se privatizarem e/ou elitizarem, se situaram por muito tempo no setor secundário e terciário.

Um outro aspecto revelado pelo quadro 1 que, à primeira vista, pode ser considerado como uma distorção, é a ênfase nos cursos de Informática. Dos 256 cursos supervisionados, 31 relacionaram-se à essa especialidade. Na verdade, essa quantidade ainda é muito pequena, tendo em vista que a Informática não é só um campo específico de trabalho e emprego, mas perpassa todas as ocupações, como ferramenta cada vez mais importante, assemelhando-se às competências de ler, escrever e contar.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Entre os treinandos desempregados que são atendidos por 11 das 19 entidades, encontram-se deficientes físicos, deficientes visuais, presidiários, jovens e adolescentes em situação de risco social e pessoas carentes em geral. Seu principal cadastrador é o SINE, isto é, o Sistema Nacional de Emprego, que, ao que tudo indica, é o mais importante aglutinador de desempregados para acesso aos cursos de qualificação do PLANFOR.

Os treinandos empregados ou pessoas com alguma fonte de renda são em geral servidores públicos, pequenos produtores rurais ou situam-se em trabalhos precários e mercado informal. Estes geralmente foram selecionados e organizados em sindicatos, pelas instituições nas quais trabalham ou pelas próprias entidades que ministram os cursos.

O Quadro 1 nos propicia uma visualização das principais contribuições dos cursos para os treinandos. Tendo em vista que estes são, de um modo geral, desempregados e empregados em situação precária, faz-se necessário analisarmos os termos: Melhoria no Desempenho Profissional e Geração de Renda (presentes em 16 das 19 entidades), Empregabilidade (presente em 11 das 19 entidades) e Integração/Reintegração Social (presente em 8 das 19 entidades), sob pena de superdimensionarmos os efeitos dos cursos na vida dos treinandos.

Em primeiro lugar, Geração de Renda/ Integração Social e Reintegração Social visam inverter o movimento de exclusão de faixas cada vez maiores de indivíduos, incluindo-os na vida econômica, mas não são suficientes para deslocarem os treinandos do âmbito do trabalho precário.

Em segundo lugar, o item Empregabilidade atribui ao sujeito responsabilidades que estão muito submetidas ao jogo do mercado, portanto, dependentes de eventuais possibilidades de crescimento econômico e conseqüente expansão da oferta de emprego. Nesse sentido, a Empregabilidade, que se pode acrescentar a treinandos, dos quais cerca de 1/3 não terminou o 1º grau e quase 2/3 não ultrapassaram a barreira do 2º grau, não pode ser vislumbrada para além das funções que usualmente exigem esses níveis de escolaridade.

Em terceiro lugar, o item Melhoria do Desempenho Profissional tende a contribuir para a manutenção dos empregos conquistados naqueles casos em que a produtividade está aliada a conquistas de novas tecnologias de baixa complexidade.

As cargas horárias dos cursos do PLANFOR estão muito aquém das cargas horárias dos principais cursos de formação profissional existentes no Estado praticados muitas vezes pelas instituições mais requisitadas para prestar serviços pelos próprios programas de qualificação. Por exemplo, um curso de Eletricista, que dura em média 1600 horas (2 anos) e abarca um conteúdo bastante abrangente, indo da instalação residencial à industrial, quando oferecido pelo SENAI e outras instituições similares, tem o conteúdo limitado ao de eletricista domiciliar e o tempo drasticamente reduzido.

É sabido que à proporção que se diminuem as cargas horárias dos cursos, permite-se que uma parcela cada vez maior de pessoas tenha a oportunidade de se qualificar para o mercado de trabalho. Entretanto, parte-se da premissa de que um dos grupos que mais necessitam do PLANFOR é o de desempregados e que essas pessoas, expulsas do mercado de trabalho ou sem acesso ao trabalho assalariado, estão situadas justamente entre aqueles que tiveram menos escolaridade e pouca ou nenhuma oportunidades de qualificação profissional.

Cabe-nos indagar se não seria o caso de, sem perder de vista a ampliação das oportunidades de qualificação, estabelecer cargas horárias mínimas para os cursos, para que eles possam agregar os conteúdos fundamentais que permitam aos treinandos um domínio mais completo das ocupações e profissões em que pretendem ingressar.

Além disso, uma articulação entre as Secretarias de Educação e instituições como a Comissão Estadual do Trabalho e o SINE (para citar algumas) não permitiria transpor as barreiras dos chamados pré-requisitos tão usuais em qualificações de uso intenso de tecnologia?

Uma outra questão refere-se à continuidade, aspecto fundamental para o processo de formação profissional que de maneira nenhuma se encerra nos cursos ora oferecidos.

Os cursos em geral são oferecidos sem uma articulação entre si, no que diz respeito aos conteúdos, setores produtivos e localidades sobre os quais incidem ou, ainda, entre as entidades que os ministram. O que acaba por atribuir um forte caráter de terminalidade às atividades de treinamento do PLANFOR, aumentando, em muito, as chances de os cursos caírem na obsolescência ou inadequação.

QUADRO 1

Entidade/Treinandos	Nº de Cursos	Lista dos Cursos	Contribuição
ANCA Assentados, acampados ou pequenos produtores rurais escolhidos pelo MST	15	a) Produção/Manejo de Café Conilon (2), Mamão (1), Côco (1), Maracujá (1) e Hortaliças (1), Criação de Peixes (1), Irrigação (1), Operação e Manutenção de Máquinas Agrícolas (4), Administração de Cooperativa (1).	Melhora no desempenho profissional e na geração de renda
SENAC Desempregados em geral, funcionários públicos, seleção feita em geral pelo SINE	55	Excel (3) e Windows-Word-Internet (3), Higiene Segurança no Trabalho (1), Atualização em Higienização Hospitalar (1), Preparação de Líderes Comunitários de Saúde (3), Preparação e Administração de Medicamentos (1), Primeiros Socorros (2), Recepcionista de Serviço de Saúde (2), Português Instrumental (3), Rotina de Pessoal (2), Mensageiro Office-Boy (2), Serviços Básicos de Escritório (2), Técnicas de Venda (2) e Telefonista (1), Cortes de Cabelo (1), Cortes Masculinos e Técnicas de Barbear (1) e Manicure (2), Merendeira Escolar (1), Básico para Cozinheiro (3), Básico para Garçons e Garçonetes (5), Ecologia Aplicada ao Turismo (2), Qualidade na Manipulação de Alimentos (2), Qualidade de Atendimento em Bares e Restaurantes (1), Qualidade em Serviço de Turismo (1), Segurança e Higiene na Cozinha (1), Tábuas de Frios (1), Recepcionista (1), Recepcionista de hotel (1) e Trivial na Cozinha (1), Técnicas de Silk-screem (1), Decoração de festas infantis (1), Pintura em Tecido (1).	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional, integração social e geração de renda.

ESESP Funcionários públicos selecionados por instituições do governo	41	Administração Financeira e Contábil (2), Relações Humanas no Trabalho (4), Qualidade no Serviço Público (4), Didática e Qualidade na Aprendizagem (4), Elaboração e Gerenciamento (5), Instrutor da PM (1), Reconhecimento de Veículos (1), Tóxicos e Entorpecentes (1), Polícia Interativa (1), Prevenção de Acidentes (1), Introdução à Informática (15), Didática para Instrutores de Informática (1), LDB e os Novos Rumos da Educação (1), Postuyma Corporal (1).	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional, integração social e geração de renda
IET Desempregados e/ou pessoas carentes, pequenos produtores rurais	26	Assoativismo (3), Cooperativismo (1), Criação de Rã (2), Atividade Agropastoril (1), Manuseio de Agrotóxicos (1), Encanador Residencial (2), Instalador Domiciliar (5), Serralheiro (1), Pedreiro de Alvenaria (2), Pintor de Obras (3), Assentador de Piso (1), Microempresendedores (1), Técnicas de Vendas (1).	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional, integração social e geração de renda
SENAI Detentos escolidos pelo IRS e/ou desempregados cadastrados pelo SINE	28	Carpinteiro (1), Eletricista Predial (3), Instalador Hidrossanitário (2), Pedreiro (4), Acabador/Polidor (1), Operador de Tear (1), Padeiro/Confeiteiro (2), Ajudante de Panificação (1), Corte e Costura (1), Confeção de Peças Íntimas, Informática Básica (4), Informática Windows 95/Word 97 e Internet (2), Eletricista Básico (2), Eletrônica Básica (1), Reparo de eletrodoméstico (1), Mecânico de Automóvel (1)	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional, integração/reintegração social e geração de renda
IDELT Inscrição feita pelo sindicato dos portuários	04	Operador de Guidaste (1), Operador de Cargas Perigosas (1), Informática avançada (1), Conferente de Cargas (1).	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional
SENAR Pessoas da área rural, pequenos produtores e/ou desempregados carentes, inscritos no Centro Comunitário	13	Olericultura (1), Psicultura (1), Administração Rural (2), Trabalho na Transf. de Conversas Vegetais (7), Derivados de Leite (1), Defumados e Embutidos (1).	Melhora no desempenho profissional e geração de renda
SENAT motoristas desempregados, inscritos pelo SINE	11	Aperfeiçoamento de Motoristas (2), Aperfeiçoamento de Taxista (1), Atendendo com Qualidade (1), Direção Preventiva (3), Formação de Condutor de Veículo (1) e Movimentação de Produtos Perigosos (2).	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional e geração de renda
GEAGRO Pescadores ou deficientes físicos inscritos na GEAGRO e ACDF	09	Miticultura (1), Noções de Associativismo (1), Gerenciamento (1), Ostricultura (1), Técnicas de Comercialização (1) e Pesca Artesanal (1), Introdução à Informática (1) e Windows/W Word (2).	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional, integração/reintegração social e geração de renda

UNICEP Deficientes visuais, inscritos na UNICEP	02	Tapeçaria (1) e Datilografia (1).	Integração/reintegração social e geração de renda
ITDP Trabalhadores desempregados escolhidos pelo SINE/CET	05	Vidraceiro (1), Pedreiro (1) e Bombeiro Hidraulico (3).	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional e geração de renda
SESI Desempregados e pessoas da 3ª idade escolhidos pelo SINE/ADM	04	Manicure (1) e Depilação (1), Cestas e Enfeites (1) e Bordados à Mão (1).	Geração de renda
APAE Deficientes desempregados escolhidos pela APAE	07	Gerência de Produção (2), Cooperativismo (2), Comercialização (1), Treinamento de Professores (2) e Bordados à Mão.	Melhora no desempenho profissional e geração de renda
Reconstrução	02	Inovação Tecnológica (2).	Integração Social
SINDIBORRACHA Jovens e adultos desempregados cadastrados pelo SINE	02	Balanceamento de Rodas (2).	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional e geração de renda
MEPES Alunos do MEPES e agricultores	09	Agroindustria de Produtos de Frutas e Hortaliças (1), Administração Rural (1), Manuseio de Agrotóxicos (1), Cultura do Café (1) e Defumados e Embutidos (1), Agroturismo (1), Maquetes (1) e Floricultura Tropical (1).	Melhora no desempenho profissional e geração de renda
ACES Desempregados e/ou jovens semi-artesãos cadastrados pelas SAS/EMATER/SINE	06	Cestas e enfeites (2), Embalagem (1), Mosaico de Conchas (1), Pintura em Tecido (1) e Arranjo de Frutas.	Geração de renda
IDESP Desempregados/carentes da SAS/SINE	11	Acompanhamento de Idosos (4), Cooperativismo/Comercialização (1), Corte e Costura (2), Criação e Preservação de Mariscos (1), Nutrição e Conservação de Alimentos (1) e Técnico e Manutenção de Telefone (1).	Melhora no desempenho profissional e geração de renda
SINDIAGÊNCIAS Desempregados com o 1º grau.	06	Qualidade no Atendimento em Bares e Restaurantes (1), Agentes de Viagens (2), Recepcionistas (1), Técnicas Básicas de Atendimento em Bares e Restaurantes (1) e Realidade de Atendimento ao Cliente.	Empregabilidade e melhora no desempenho profissional

19 Entidades	259 Cursos	Empregabilidade, melhora no desempenho profissional, integração/reintegração social e geração de renda
--------------	------------	--

Passamos a analisar o Quadro 2, no qual é demonstrado como cada entidade desenvolveu o curso e em que medida os participantes estavam cientes de que se tratava de uma atividade do PLANFOR.

De acordo com os relatórios dos supervisores, a metodologia de ensino consistiu em aulas práticas e teóricas, o que não poderia ser diferente, tendo em vista que, na formação profissional, não basta que o educando entenda como se realiza um trabalho: é necessário que ele execute, que ele transcenda do ideal ao real, que ele objetive aquilo que subjetivamente ou teoricamente compreende, e a partir daí possa transpor esses níveis importantes, mas ainda elementares, e se apropriar de como aprender a aprender e de como se tornar aquele profissional que deseja ser. Isso o ajudará, em muito a compreender a qualidade da interação teoria/prática no âmbito deste programa seria uma avaliação das proporção da cargas horárias dedicadas ao estudo e à execução das tarefas, bem como os materiais de consumo, ferramentas, maquinário, e estágio tecnológico deste aparato indispensável para realização das etapas práticas dos cursos.

A avaliação dos alunos, feita pelos instrutores, como se pode notar no quadro 2 obtiveram variações, mas preponderantemente foi realizada durante o processo de ensino-aprendizagem do conteúdo dos cursos e buscou verificar, majoritariamente, se os alunos apreenderam os saberes teóricos e/ou se apropriaram das habilidades práticas inerentes às ocupações das quais são parte integrante.

Quanto a esse aspecto, os relatórios de supervisão sinalizam que os instrutores agiram sem exigir demais dos treinandos, pois, ao que parece, a avaliação não pretendeu ter um caráter rigoroso ou seletivo, mas objetivou ser um momento de diagnóstico e de crescimento para os treinandos, o que é muito positivo desde que não se torne uma estratégia das entidades para mascarar o aproveitamento dos treinandos ou evitar evasões durante o processo.

Praticamente na totalidade dos cursos, os instrutores e/ou supervisores das entidades informaram aos treinandos que o curso era proveniente do Plano Nacional de Formação, que era financiado pelo FAT, que era gratuito e que os alunos tinham direito ao lanche e ao vale transporte. Em alguns casos, essas informações foram veiculadas por autoridades locais ligadas a órgãos e/ou instituições protagonistas deste programa, por ocasião da abertura dos cursos.

QUADRO 2

Entidade	Metodologia	Avaliação	Natureza do curso
ANCA	Aulas teóricas e práticas com audiovisual e/ou demonstração	Valorização a participação, a frequência e ocorre no processo	É veiculado pelo instrutor ou coordenador do curso
SENAC	Descrição de aulas práticas e teóricas	Em geral ocorre durante o processo e é feita práticas e teoricamente.	A supervisão e/ou instrutor informam aos alunos
ESESP	Ênfase nas aulas práticas sem dispensar a teoria	Ocorreu no final de cada conteúdo ou no final do curso. Em alguns casos houve auto-avaliação	Foi informado pela entidade beneficiada (instituição pública)
IET	A metodologia contempla aulas teóricas e práticas	Acontece eventualmente no final, mas em geral ocorre no processo e inclui aspectos teóricos e práticos	O instrutor e a instituição informaram à clientela
SENAI		Foi teórica e prática e ocorreu durante o processo	Comentado pelos instrutores e coordenadores do SENAI e a CMT
IDELT			O sindicato informou aos treinandos
SENAR	Aulas práticas e teóricas	Levou em consideração a frequência e a participação no curso	Sindicato dos produtores rurais e/ou a instrutora informaram aos treinandos
SENAT		Foi feita basicamente através de exercícios periódicos	Coordenação/instrutor do SENAT informaram aos treinandos
GEAGRO	Aulas práticas e teóricas	Ocorreu por meio de um teste oral e escrito	
2 UNICEP			A coordenação da UNICEP informou aos treinandos
ITDP	Aulas teóricas e práticas	Ocorreu no final do processo	Os treinandos foram informados pela Comissão de assistência ao trabalhador e pelo instrutor
SESI			
APAE	Aulas teóricas e práticas	Deu-se durante o processo	A coordenação da APAE forneceu as informações necessárias
RECONSTRUÇÃO			
SINDIBORRACHA			O coordenador informou aos treinandos

MEPES	Aulas teóricas e práticas	A avaliação se constitui de uma prova prática	Os instrutores informaram aos treinandos
ACES	Aulas teóricas e práticas	Foi feita durante a realização dos trabalhos práticos	A instrutora ou responsável pelo setor público que fez o cadastro fez os esclarecimentos sobre o curso
IDESP		A avaliação foi prática	O instrutor informou
SINDIAGÊNCIA	Utilizou teoria e prática	Avaliação periódica e individual e em alguns casos composta por testes práticos	

Considerações Finais

Acreditamos que este programa não responde a todas as necessidades de formação profissional no Estado e que nem atinge as pretensões do Ministério do Trabalho e do SINE quanto a questão do desemprego. No entanto, é uma alternativa significativa para a qualificação profissional, de trabalhadores sem emprego, sem dinheiro e sem escolaridade. Representa também um esforço institucional mais democrático para a discussão e implementação de ações no campo da formação profissional na medida em que coloca outros atores como as comissões municipais/estaduais do trabalho, os sindicatos, os poderes públicos em geral extrapolando o aparato decisório e executivo usual da formação profissional até então quase que totalmente restrito às organizações Patronais.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, M. **Inovação tecnológica, trabalho e formação profissional**. SENAI, DPES.
- BRAVERMAM, Harry. **Trabalho e capital monopolista** : a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.
- CASTRO, Cláudio Moura. **Educação brasileira**. Rio de Janeiro : ROCCO, 1994.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para-si** : contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. São Paulo : Autores Associados, 1993.
- ENGUITA, Mariano Fernandes. **A face oculta da escola**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.
- FERRETI, Celso João . **Opção trabalho** : trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas. São Paulo : Cortez, 1988.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, educação e tecnologia : treinamento polivalente ou formação politécnica? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991.
- _____. **A produtividade da escola produtiva**. Petrópolis : Vozes, 1984.
- _____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo : Cortez, 1995.

- _____. **Trabalho e conhecimento, dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo : Cortez, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** 8. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1991. p. 375-413.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo : Loyola, 1992.
- KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis.** Petrópolis : Vozes, 1992.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- KUENZER, Acácia. **Ensino de segundo grau : trabalho como princípio educativo.** São Paulo : Cortez, 1992
- LEITE, Márcia P. **A vivência operária da automação microeletrônica.** 1993. Tese (Doutorado em Sociologia do Trabalho)-Universidade de São Paulo.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho.** São Paulo : Cortez, 1989.
- MARKET, Werner et al. **Trabalho, qualificação e politecnia.** Campinas : Papyrus, 1996.
- ROSSI, Wagner. **Capitalismo e educação.** São Paulo : Cortez, 1979.
- SALM, Cláudio. **Escola e trabalho .** São Paulo : Brasiliense, 1980.
- VILLASCH FILHO, Arlindo. **Emprego e mudanças tecnológicas.** Vitória : IJSN, 1996.